



O sujeito “*disposicional*” de Ryle enquanto uma alternativa para o sujeito cartesiano

Nathália Cristina Alves Pantaleão¹

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a abordagem acerca dos processos de aquisição de conhecimento, segundo a abordagem cartesiana e a abordagem ryleana (1949). Na filosofia cartesiana o conhecimento diz respeito somente a *coisa pensante*, inteiramente racional e desvinculada de qualquer dado perceptivo do ambiente. Desse modo, o sujeito cognitivo é tratado de forma fragmentada, pois apenas suas estruturas lógicas internas possuem legitimidade. Em contraste, a partir do conceito de *disposição* apresentado por Gilbert Ryle em sua obra “*The concept of mind*”, analisaremos a hipótese ryleana segundo a qual este conceito possibilitaria uma alternativa ao Internalismo representacionista cartesiano que analisa de forma fragmentada o sujeito cognitivo. De acordo com Ryle (1949), o aspecto disposicional estaria na gênese da explicação dos fatos no mundo, enquanto potencialidades de comportamento do indivíduo cognitivo inserido em um meio e capaz de “*saber como*” desempenhar ações. Estas potencialidades são decorrentes das propriedades dos corpos e se efetivam ou não dependendo, essencialmente, da interação com o meio em que estão imersos (RYLE, 1949). Por fim, sugerimos inserir o plano da ação no ambiente, em contraste à teoria clássica cartesiana que subjugava a ação presente no meio em favor de representações mentais de caráter exclusivamente internos e particulares.

Palavras-chave: Disposição. Internalismo. Meio. Ação.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the approach of the processes of knowledge acquisition. According to this aim, we will discuss the Cartesian approach and Ryle’s (1949) contemporaneous approach of knowledge acquisition. In the Cartesian approach the knowledge concerns only to the *thinking thing*, being entirely rational and perceptual disconnected from any environment. Thus, the cognitive subject is treated in a piecemeal fashion, as if only their logical structures have legitimacy. From the concept of *disposition* presented by Gilbert Ryle in his book “*The Concept of Mind*”, we analyze the Rylean hypothesis according to which this concept would allow an alternative to Cartesian representationalist piecemeal analysis of the knowing subject. In this context, the dispositional aspect would be the genesis of the explanation of the facts in the world, while the potential of the individual cognitive behavioral inserted in an environment and able to “*know how*” to perform actions. These capabilities are derived from properties of bodies and become effective or not depending mainly on the interaction with the environment in which they are immersed (RYLE, 1949). Finally, we will argue that the knowledge for action must emerge from the relation between the environment and the agent and not in virtue of internal and private mental representation.

Keywords: Disposition. Internalism. Environment. Action.

Introdução

¹ Graduanda em Filosofia. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – campus de Marília. Bolsista PIBIC/CNPq. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Cláudia Broens. Email: nacherizah@gmail.com.



Um dos problemas clássicos da Filosofia da Mente e que ainda perdura na agenda das investigações epistemológicas diz respeito à natureza dos conteúdos mentais e de suas possibilidades cognitivas. Durante muito tempo as tentativas da tradição internalista, como fizeram os escolásticos na Idade Medieval e posteriormente René Descartes na Modernidade, de oferecer respostas às perguntas acerca da natureza dos estados mentais foram suficientes e satisfatórias. Segundo tal tradição, os estados mentais de um sujeito são decorrentes de sua capacidade de produzir representações adequadas do mundo a partir da estruturação lógica de ideias apoiada em uma mente imaterial independente do plano sensível.

Todavia, parece ter surgido na contemporaneidade uma insatisfação perante a abordagem tradicional dos estados mentais, havendo uma espécie de mudança de perspectiva. O pensamento tradicional, apoiado na imaterialidade mental, é minimizado pela consideração do plano da ação comum, sem pressupor necessariamente um aparato formal de regras, como defende Gilbert Ryle (1949) e John Dewey (1959, 1980). A partir dos questionamentos atuais emergentes em contraposição à tradição internalista como, por exemplo os estudos de Ryle, o homem, enquanto detentor de estados mentais, deixa de ser considerado um ser fragmentado e separado da realidade externa e passa a ser analisado como um ser em constante dinâmica entre suas próprias estruturas e o meio em que está inserido. Na próxima seção, mostraremos a partir de um recorte básico da filosofia cartesiana, os principais pressupostos dos quais se originam as críticas contemporâneas acerca dos processos de conhecimento.

O internalismo cartesiano

O escopo da vertente filosófica intelectualista tende a sobrepor processos internos, tais como a racionalidade e a concepção de Ideias, há outros processos sensíveis que estão para além do sujeito em si próprio, debruçado sobre a racionalidade. Descartes considera o sujeito (2000, p. 46): “[...] senão uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cuja significação me era anteriormente desconhecida”. O plano externo, nesse âmbito é minimizado, uma vez que os processos inteligentes do sujeito, enquanto coisa pensante, não são fundamentados em aspectos sensíveis. Como aponta Descartes (2000, p. 47-49):



Mas o que sou eu, então? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? Isto é uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente. [...] Enfim, sou o mesmo que sente, ou seja, que recebe e conhece as coisas como que pelos órgãos dos sentidos, porquanto de fato vejo a luz, ouço ruído, sinto o calor. Porém dir-me-ão que essas aparências são muito falsas e que eu durmo. Que assim seja; todavia, ao menos, é muito certo que me parece que vejo, que ouço e que me aqueço; e é propriamente o que em mim se chama sentir e isso, tomado assim precisamente, nada é senão pensar. Daí começo a conhecer o que sou com mais luz e distinção do que antes.

Nesse sentido, os estados mentais do sujeito são colocados em um mesmo e único plano: o pensamento. O sujeito, enquanto ser racional, é concebido independentemente da experiência sensível e, conseqüentemente, do ambiente em que está inserido pois, os dados provenientes destas realidades são duvidosos. Nestes termos, podemos dizer que o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva. Em outras palavras, a capacidade de sentir e perceber, seria diretamente relacional a capacidade do sujeito de decompor o objeto em partes simples – as sensações – e recompô-lo, dando-lhe organização e interpretação. Os elementos externos, desse modo, passam pelo crivo da razão e adquirem legitimidade.

O pensamento cartesiano se estrutura na consideração de que o sujeito conhece através de sua capacidade de produzir representações mentais do mundo, a partir de estruturas lógicas que permitem o encadeamento de idéias internamente. Tais representações desempenham um papel mediador no processo cognitivo de aquisição de conhecimento; ou seja, a representação faz a ligação entre o sujeito cognoscente e as coisas a serem conhecidas. O conhecimento é fundamentado no plano não perceptivo na medida em que depende de processos que estão para além do mundo sensível, repleto de ilusões e enganos. Descartes, nesse sentido, cria um método, ou seja, um conjunto de regras definidas a fim de destituir os dados perceptuais dos enganos que lhes são inerentes. Ao seguir as regras estabelecidas no método cartesiano, se estabelece racionalmente os parâmetros que garantiriam a veracidade e consistência do conhecimento racional adquirido a partir do mundo sensível. Os preceitos metodológicos cartesianos são:

1. Verificação ontológica: nunca aceitar como verdadeira alguma coisa que sustente a mínima possibilidade de não ser verdade;



2. Análise: dividir cada uma das dificuldades que se deve examinar em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-la;
3. Síntese: conduzir a ordem do pensamento, iniciando dos mais simples, para chegar gradativamente, aos mais compostos;
4. Revisão: fazer em cada caso, enumerações tão completas e revisões tão gerais a ponto de se ter certeza de que nada foi omitido.

Assim, partindo das máximas cunhadas no método cartesiano seria possível atingir seguramente o conhecimento. Segundo Descartes, o método auxilia o sujeito a desempenhar um raciocínio segundo a ordem verdadeira e enumerar exatamente todas as circunstâncias envolvidas no objeto do conhecimento, e assim direciona a razão a encontrar a única verdade que existe para cada coisa. Além do mais, o método acostuma o espírito a conceber clara e distintamente os objetos enquanto ideias apropriadas dos diversos modos de entender a realidade. Nesse sentido, o método cartesiano se estenderia a todos os ramos do conhecimento e abarcaria as mais distintas formas de conceber e entender a realidade fundamentando, assim, seu caráter universal. No pensamento cartesiano, o caráter universal presente no método que guia o espírito rumo ao conhecimento verdadeiro é legitimamente viável, uma vez que se vale de *ideias inatas*.

As *ideias inatas* cartesianas são entidades mentais, postuladas metafisicamente e justificadas racionalmente sendo, assim, as raízes de todo conhecimento. Ao contrário das experiências sensíveis, as ideias apresentam características que fazem com que sejam dignas de credibilidade. Para exemplificar a posição que as *ideias inatas* ocupam no pensamento de Descartes, citamos a noção de triângulo observada pelo filósofo:

Como por exemplo, quando imagino um triângulo, ainda que talvez não haja talvez em lugar nenhum do mundo fora de meu pensamento uma tal figura, e jamais tenha havido, não deixa de haver, não obstante, uma certa natureza, ou forma, ou essência determinada dessa figura, a qual é imutável e eterna, que eu não inventei e que não depende de forma alguma de meu espírito; como é aparente do fato de se poder demonstrar diversas propriedades desse triângulo, a saber, que seus três ângulos são iguais a dois retos, que o ângulo maior é sustentado pelo lado maior, e outras semelhantes, as quais agora, seja que eu queira ou não, reconheço muito claramente e muito evidentemente estarem nele, ainda que não tenha de modo algum pensado nisso antes, quando imaginei pela primeira vez um triângulo; e, portanto não se pode dizer que eu as tenha fingido e inventado. (DESCARTES, 2000, p.98-99).



A imagem do triângulo concebida intelectualmente não depende de sua existência efetiva na natureza. Em suma, podemos dizer que o pensamento cartesiano dirige-se à constituição de um método de saber, simultaneamente científico e metafísico, uma vez que exalta o uso reto e metódico da razão, mas a fundamenta em bases metafísicas.

No pensamento contemporâneo a fundamentação dos conteúdos mentais em entidades internas metafísicas parece não ser mais satisfatória, dando assim, vazão a possibilidade de novos esquemas explicativos dos conteúdos mentais. Nesse sentido, nos valeremos das críticas de Ryle (1949, p.13-20) que reconhece a coerência do sistema explicativo internalista, mas que aponta deficiências nos princípios adotados. Ryle (1949, p.13, tradução nossa) considera que “os princípios centrais da doutrina são incorretos e se contradizem com o que sabemos acerca da mente quando especulamos sobre ela.”²

O sujeito disposicional

Gilbert Ryle (1949) estrutura suas análises filosóficas acerca da natureza do conhecimento e do sujeito cognitivo em contraposição à corrente filosófica internalista e a correntes análogas, que defendem a imaterialidade da mente e a necessidade de estruturas lógicas. O conjunto destas correntes é denominado pelo filósofo de “Doutrina Oficial” (*Official Doctrine*), uma vez que a vertente internalista, tendo como expoente principal Descartes, parece influenciar a maioria das teorias explicativas dos fenômenos mentais. Além do mais podemos considerar, como faz Button, Coulter, Lee e Sharrock na obra *Computadores, Mentes e Conduta* (1998) que a figura de Ryle é precursora de uma série de discussões acerca da mente. Tais discussões ainda permanecem no escopo das abordagens contemporâneas dos processos cognitivos, pois Ryle se detém à “[...] exposição da origem da confusão filosófica e à dissolução do problema [mente/corpo]” (BUTTON, *et al.*, 1998, p.41).

Embora Ryle não se proponha de fato a elaborar uma teoria da mente, sua abordagem acerca das teorias internalistas, principalmente em relação à cartesiana, aponta para a necessidade de uma reformulação da noção clássica de sujeito enquanto

² It will be argued here that the central principles of the doctrine are unsound and conflict with the whole body of what we know about minds when we are not speculating about them.



entidade metafísica. Tal sujeito, no escopo do pensamento de Ryle, é substituído por um agente que se constrói pela interação com o meio ambiente através do conjunto de suas ações. No entanto, os adeptos da “Doutrina Oficial” retomam e fundamentam a concepção de indivíduo presente em um imaginário partilhado, a saber, um indivíduo que é composto de um corpo e uma alma. Analisaremos esta abordagem especialmente no pensamento internalista de Descartes.

Segundo Descartes (2000, p. 44-45; 117-118), o corpo é extenso (*res extensa*) e está sujeito a leis mecânicas, regido pelas leis físicas e interligados uns aos outros causalmente. Nas palavras do filósofo: “Considerava-me, inicialmente, como provido de rosto, mãos, braços e toda essa máquina composta de ossos e carnes, tal como um cadáver, a qual eu designava corpo” (DESCARTES, 2000, p.44). Por outro lado, a mente (*res cogitans*) não se sujeita às restrições da corporeidade: a mente não se encontra no espaço, suas funções não estão sujeitas a leis mecânicas e não são observáveis: seu desenvolvimento é privado e sua acessibilidade se limita a seu portador por uma experiência individual e introspectiva. A alma é “algo extremamente raro e sutil, como um vento, uma flama ou um ar muito tênue” (DESCARTES, 2000, p.44) que insinua o movimento do corpo e torna-se responsável pelo pensamento. Segundo a abordagem da “Doutrina Oficial”, as mentes consideradas sob uma perspectiva internalista estão fadadas a uma eterna solidão. Além do mais “concebemos claramente o espírito, isto é, uma substância que pensa, sem o corpo, isto é, uma substância extensa (pelo postulado 2); e, de outra parte, concebemos também claramente o corpo sem o espírito (como cada um concorda facilmente) [...]. Pois bem, substâncias que podem existir uma sem a outra são realmente distintas (pela definição 10)” (DESCARTES, 1988, p.107).

A partir da análise da vertente internalista, principalmente da obra de Descartes, Ryle procura refutar a “Doutrina Oficial” examinando seus princípios. Assim, ao considerar mente e corpo distintamente o cartesianismo, segundo Ryle, comete um erro. Nas palavras do filósofo:

Não é, meramente, um conjunto de erros particulares. É um grande erro e um erro de tipo especial: um erro categorial. Apresenta os fatos da vida mental como se pertencessem a um tipo de categoria lógica



(ou classes de tipos ou categorias) quando na realidade eles pertencem a outra categoria. (RYLE, 1949, p.17).³

Para ilustrar o “erro categorial” Ryle apresenta o exemplo da universidade. A um visitante que, pela primeira vez conhece uma universidade, lhe são mostradas as salas de aulas, bibliotecas, campos de esportes, departamentos e a administração. Mas, o visitante pergunta “Onde está a universidade? Vi onde as aulas são ministradas e onde se faz os experimentos científicos, mas não vi a universidade”. Ryle observa que o visitante ao perguntar pela universidade espera receber uma resposta como: “a Universidade está ao lado da sala de aula”, e comete um erro categorial. A universidade é exatamente o conceito funcional que abarca o conjunto das salas de aulas, bibliotecas, campos de esportes, departamentos e administração. O visitante se equivoca ao considerar que “a universidade” se refere a um membro adicional do conjunto do qual fazem parte os outros elementos constituintes do conceito “universidade”. Erroneamente se considerou a universidade como pertencente a mesma categoria da qual pertence os outros elementos constituintes.

Além do mais, Ryle (1949, p. 30) observa que a doutrina cartesiana pressupõe uma concepção de mente responsável pela representação isolada da realidade através de processos internos. Esta concepção pode ser expressa pelo “*saber que*”, que pressupõe necessariamente o domínio e precedência do aparato cognitivo da coisa pensante no plano da ação, já que a interação perceptiva não fornece informações confiáveis sobre os objetos e os fatos. A ação, nesse contexto, é guiada pela coisa pensante.

Na perspectiva de Ryle, o conceito de ‘*saber que*’ não é capaz de explicar muitos fenômenos cognitivos referentes ao desenvolvimento de habilidades práticas que podem ser reconhecidas como ações inteligentes. Estes tipos de ações demonstram, ou ao menos indicam, a existência de algo além das estruturas formais, uma vez que esse tipo de ação não consiste meramente na satisfação de critérios, mas também na aplicação destes. Nesse sentido, a prática eficiente precede a teoria, ou seja, algumas ações inteligentes não estão reguladas pelo conhecimento prévio dos princípios que a regem. Trata-se de um saber prático, de um “*saber como*”, que vai além de um “*saber que*” teórico.

³ It is not merely an assemblage of particular mistakes. It is one big mistake and a mistake of a special kind. It is, namely, a category-mistake. It represents the facts of mental life as if they belonged to one logical type or category (or range of types or categories), when they actually belong to another.



Um estudante estrangeiro, por exemplo, pode não *saber como* falar corretamente o idioma do país que visita, tão bem quanto um indivíduo nativo desta língua. O nativo sabe como falar e a estrutura da língua que lhe é natural, pois é apreensível em seu meio ambiente. Uma criança francesa não representa e depois fala, ela aprende a falar “falando”, exercitando-se constantemente, criando e fortalecendo hábitos ao repetir inteligentemente comportamentos bem sucedidos.

Segundo Ryle, a inteligência de um sujeito não é suficientemente analisada enquanto é considerada uma operação em série na qual são necessárias prescrições teóricas para a execução de qualquer ato. A ação inteligente não necessita somente de um conhecimento intelectual, pois não haveria, segundo Ryle, divisão efetiva entre pensar e agir: “aprendemos a agir mediante a prática, ajudados pela crítica e pelo exemplo, mesmo que sem receber lição alguma sobre a teoria” (RYLE, 1949, p.41, tradução nossa)⁴. Aprendemos a atuar no mundo mediante a prática e a habilidade para aplicar este conhecimento também é um resultado prático. Há, então, na filosofia ryleana uma valorização do campo da ação.

Porém, a habilidade prática inteligente não pode ser reduzida a meros hábitos. Os hábitos são um tipo de disposições adquiridas que se caracteriza por ser réplica das anteriores, aprendidas na rotina. Segundo Ryle, (1949, p.42, tradução nossa) “quando dizemos que alguém faz algo por puro hábito, queremos dizer que o faz automaticamente, sem ter consciência do que está fazendo”⁵. As ações inteligentes, ao contrário, são desenvolvidas pela aprendizagem, cada ação modifica a seguinte. Se trata em fazer as coisas pensando no que se está fazendo, de modo que cada ato executado é, em si mesmo, uma nova lição que ajuda a melhorar a ação anterior. A rotina deixa de lado a inteligência, a aprendizagem a desenvolve.

O homem, no contexto que abarca também o plano da ação comum, não é uma máquina regida por um mecanicismo rígido e cego ou dirigida por fantasmas⁶. O ato de questionar algo, por exemplo, defronta-se com uma novidade que a simples repetição de habilidades não será capaz de enfrentar. Com o propósito de solucionar o problema dos hábitos, visto que eles são estáticos e as ações inteligentes parecem estar em constante

⁴We learn *how* by practice, schooled indeed by criticism and example, but often quite unaided by any lessons in the theory.

⁵When we describe someone as doing something by pure or blind habit, we mean that he does it automatically and without having to mind what he is doing.

⁶O fantasma segundo Ryle seria a alma e a máquina o corpo humano. Estas duas partes do ser humano não são relacionadas, na Doutrina Oficial.



movimento prático, Ryle (1949, p.112) propõe que certas atividades cognitivas complexas podem ser explicadas pela noção de disposição. Tal noção pode ser caracterizada como:

[...] enunciados que afirmam que uma coisa, um animal ou uma dada pessoa, possui certa capacidade ou tendência ou inclinação, ou está sujeita a certa propensão. É claro que tais enunciados não são leis, pois mencionam coisas ou pessoas particulares. Por outro lado, se assemelham com as leis porque são parcialmente “variáveis” ou “abertas”. O açúcar, por exemplo, é uma substância que tem a qualidade de dissolver-se em meio aquoso e o conceito ‘dissolver’ designa uma disposição do açúcar. A solubilidade é uma propriedade física do açúcar: normalmente toda vez que o açúcar for posto em um meio aquoso, se dissolverá (RYLE, 1949, p.119, tradução nossa).⁷

Desse modo, o conceito de disposição estaria na gênese das explicações de fatos ou eventos no mundo, uma vez que possibilita uma ação decorrente de uma potencialidade natural ativada pelo meio. Quando aplicada aos eventos do mundo, que englobam o comportamento inteligente, possibilita uma alternativa ao Internalismo representacionista cartesiano, já que considera além das estruturas lógicas do sujeito, as condições ambientais. Para Ryle, as disposições são definidas como potencialidades de comportamento do indivíduo inserido na realidade objetiva e capaz de “*saber como*” desempenhar performances inteligentes. Trata-se do “*saber como*” (prático) constituindo as bases do conhecimento.

Nesse mesmo viés, a análise da própria linguagem comum revela a coerência da elaboração da noção de disposição em contrapartida a fundamentação do conhecimento cartesiano essencialmente representacionista. Para Ryle (1949, p.43 tradução nossa):

Quando dizemos que o vidro é frágil ou que o açúcar é solúvel, usamos conceitos disposicionais cuja força lógica é a seguinte. A fragilidade do vidro não consiste no fato de que em um dado momento se faça em pedaços. Pode ser frágil sem que seja quebrado. Dizer que é frágil, significa que se alguma vez é, ou tenha sido, golpeado ou forçado, se fará ou se foi feito em cacos. Dizer que o açúcar é solúvel, significa que se o coloca na água se dissolve ou se dissolveria.⁸

7 [...] Namely statements to the effect that a mentioned thing, beast or person, has a certain capacity, tendency, or propensity, or I subject to a certain liability. It is clear that such statements are not laws, for they mention particular things or persons. On the other hand they resemble laws in being partly ‘variable’ or ‘open’. To say that this lump of sugar is soluble is to say that it would dissolve, if submerged anywhere, at any parcel of water.

8 When we describe glass as brittle, or sugar as soluble, we are using dispositional concepts, the logic force of which is this. The brittleness of glass does not consist in the fact that it is at a given moment



Assim, tendemos a agir de determinada maneira a partir do significado externo presente na linguagem comum. As disposições, por assim dizer, caracterizam-se por tornarem possível a construção do conhecimento através da ação de um agente, inserido em um meio e que interage com ele. Desse modo, pensar e agir fariam parte de um mesmo plano: as ações são as próprias expressões das disposições de um sujeito em um meio que oferece a possibilidade de ação.

O uso de regras lógicas é minimizado, uma vez que o uso de tais regras adotadas como metodologias prévias que guiariam o raciocínio até conclusões por via de duas operações (pensar e depois agir) pressupõe a mecanização dos processos inteligentes. Operar logicamente é um comportamento inteligente adequado a determinadas situações que são vividas por indivíduos. As habilidades de um cirurgião, por exemplo, que permitem a execução inteligente as suas ações funda-se não, somente, na observância de regras, mas no próprio movimento de suas mãos.

O ato descrito como efeito de causas mentais não fornece uma explicação tão satisfatória como os atos fundados na prática inteligente (RYLE, 1949, p.27). As ações inteligentes não são explicadas por meio de causas ocultas, mas sim por meio de “*saber como*” realizar operações com eficácia, segundo as disposições do sujeito, efetivadas no plano da ação.

Um patinador ao patinar, embora pense que o gelo sempre resistirá aos seus movimentos, utiliza-se de equipamentos que garantem a sua segurança; isto é, não infere daquilo em que acredita um hábito, pois habituar-se a pensar sempre da mesma maneira (o gelo sempre resistirá) pode colocar sua vida em risco. O fato do patinador estar inserido no mundo e ter a disposição de considerar outras possibilidades (o gelo poderá quebrar, e isso já aconteceu antes e pode acontecer novamente) faz com que ele tenha um comportamento que transgride o hábito. Dadas todas as condições envolvidas, para uma possível ocorrência de uma ação qualquer, explica-se tal ação com o auxílio de conceitos disposicionais que indicarão como foi possível efetivar determinada ação deste ou daquele modo.

actually being shivered. It may be brittle without ever being shivered. To say that it is brittle is to say that if it ever is, or ever had been, struck or strained, it would fly, or have flown, into fragments. To say that sugar is soluble is to say that it would dissolve, or would have dissolved, if immersed in water.



Por fim, ao introduzirmos o conceito de disposições, uma alternativa à filosofia cartesiana, essencialmente internalista, é oferecida. Assim existe a possibilidade de reparar o que é considerado um dano à filosofia causado por um entendimento dogmático da mente e da tarefa mediadora das representações mentais no processo cognitivo. A concepção cartesiana de mente parece não ser mais compatível com os resultados obtidos pelos estudos contemporâneos acerca da cognição. Por fim, o conceito de disposição salva o indivíduo do solipsismo cartesiano ao colocá-lo como um agente presente e ativo no mundo, construindo dinamicamente relações de conhecimento a partir da concatenação de suas estruturas lógicas e as possibilidades do meio.

Considerações Finais

Em suma, procuramos neste trabalho trazer à baila as críticas comumente lançadas à abordagem cartesiana no que diz respeito aos estados mentais de um sujeito, e apresentar uma alternativa ao intenalismo-representacionista decorrente desta abordagem. Embora o pensamento cartesiano seja coerente, lógico e coeso procuramos mostrar, fundamentando nossas asserções a partir das considerações de Gilbert Ryle, que esta doutrina possui princípios que desencadeiam o “erro categorial” já mencionado anteriormente. Nesse contexto, sugerimos uma outra abordagem em relação a sujeitos enquanto detentores de conteúdos mentais complexos. Nossa abordagem sugere que seja considerado, além das estruturas lógicas do sujeito, o ambiente no qual ele está inserido e o conjunto de possibilidades de ação que este oferece. Dessa maneira, o sujeito cartesiano é substituído por um sujeito ativo que estabelece relações dinâmicas com o meio e assim se torna livre da solidão mental que é imposta pelo cartesianismo.

Referências

- BUTTON, G.; COULTER, J.; LEE, J.R.R. *Computadores, Mentes e Conduta*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Paixões da Alma. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- _____. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Objecções e Respostas*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).



- DEWEY, *Experiência e natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Reconstrução em Filosofia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- GONZALEZ, M.E.Q; BROENS, M.C; HASELAGER, P. Consciousness and Agency: The Importance of Self-Organization Action. *Networks* 3-4, p.103-113, 2004.
- RYLE, G. *The concept of Mind*. Mitchan: Penquin Books, 1949.